

CINEMA E QUEER'ERES NA DIVERSIDADE EM PARANAÍBA, MATO GROSSO DO SUL (MS)

Fernando Luís Oliveira Athayde Paes
Prof. Dr. Gilson Gomes Coelho

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de Projeto de Extensão voltado ao enfrentamento do silenciamento das questões de gênero e das sexualidades LGBTQIAPN+ no contexto universitário de Paranaíba (MS). Para tanto, o percurso metodológico escolhido para este estudo baseou-se em atividades de estudos queer, filmes que favoreceram a escuta e registro de diálogos das participantes. A análise apoia-se em referenciais da Teoria Queer que orientaram as discussões e subsidiaram a elaboração deste texto. Os resultados evidenciam que a iniciativa contribuiu para o enfrentamento dos desafios relacionados à diversidade sexual e de gênero no contexto universitário, além de estimular reflexões críticas que favorecem a ampliação do debate sobre essa temática no espaço acadêmico e na sociedade de Paranaíba (MS).

Palavras chave: Queer. Cinema. Extensão

1. INTRODUÇÃO

Nos cursos de Psicologia, os estágios obrigatórios desempenham função fundamental na formação profissional; sobretudo ao promoverem a aproximação com a prática e com os diversos contextos sociais brasileiros, em conformidade com as diretrizes¹ que regulamentam a profissão. Contudo, torna-se necessário a superação da pretensa neutralidade e assepsia dos currículos no direcionamento do desenvolvimento profissional para dimensões que favoreçam a postura crítica, reflexiva e comprometida com a realidade social.

Este texto tem como objetivo apresentar reflexões sobre a experiência de estágio desenvolvida no âmbito do **Projeto de Extensão Cinema e Queer'eres na Diversidade**, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Paranaíba (UFMS/CPAR). A proposta foi realizada em diálogo com a comunidade local, por considerar os contextos socioculturais da região, marcados pela escassez de debates e pelo desconhecimento acerca das questões de gênero e diversidade sexual.

À vista disso, a Resolução nº 412-COUN/UFMS, de 1º de julho de 2025, institui a Política de Inclusão, Ações Afirmativas e Cidadania da UFMS; reconhece a diversidade de identidades e reafirma o compromisso com a equidade e os direitos humanos.

¹ A Lei n. 11.788 de 2008 define a existência de estágios, estabelecendo modalidades determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo projeto pedagógico do curso.

Conforme o Art. 19, a política será coordenada pela Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade, com apoio de outras instâncias, e inclui o apoio a ações que garantam segurança, visibilidade e dignidade às pessoas LGBTQIAPN+² nos espaços acadêmicos e administrativos.

Apesar desses avanços, trata-se de um campo de debate ainda recente e, em muitos contextos, pouco aprofundado, sobretudo quando se considera a complexidade das violências simbólicas e institucionais que atravessam a experiência da população LGBTQIAPN+ na UFMS. A consolidação de políticas efetivas depende, portanto, da ampliação das discussões, do engajamento das comunidades acadêmicas e da superação de resistências históricas que ainda persistem nos ambientes universitários.

Utilizamos os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para subsidiar o levantamento de registros sobre Paranaíba (MS). A cidade está localizada no noroeste de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 40.957 habitantes (Censo 2022) e densidade de 7,58 hab/km². Destaca-se por elevada taxa de escolarização (99,3%) entre crianças de 6 a 14 anos e nota 5,3 no IDEB 2023; sendo considerado alto para a região do estado de MS. No campo econômico, apresentou PIB per capita de R\$ 38.865,51 (2021) e, em 2023, 73,21% das receitas foram externas, com orçamento municipal de cerca de R\$ 297 milhões, um dos maiores do estado.

Paranaíba³ (MS) possui economia baseada na pecuária e vida social que valoriza encontros comunitários, festas pecuaristas e regionais. Possui estrutura cultural histórica que influencia as relações de gênero e perpetua desigualdades, o que pode caracterizar em objeto de estudos e pesquisas acadêmicas na região.

Por compreender a universidade pública como espaço de formação humana e profissional gratuita, articulado à produção de conhecimento, pesquisa e inovação em benefício de toda a sociedade, reconhece-se a importância de contextualizar o cenário local. A cidade conta com duas universidades públicas: a UFMS que mantém o Câmpus de Paranaíba (CPAR), com cursos de graduação em Administração, Matemática,

² Trata-se de sigla que expressa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, que abrange lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênero, queer ou questionando, intersexo, assexuais, pansexuais e não binárias. O sinal de “+” ao final representa outras identidades e orientações que, embora não estejam explicitamente mencionadas, também integram a comunidade e reforçam seu caráter inclusivo e plural.

³ O estado de Mato Grosso do Sul (MS) conta com políticas voltadas à comunidade LGBTQIAPN+ que visa garantir cidadania, direitos, bem-estar, igualdade e o combate à discriminação. A Lei nº 3.157/2005 foi o primeiro marco legal estadual a tratar do enfrentamento à discriminação por orientação sexual. Em Paranaíba (MS), a população LGBT pode acessar serviços e ações específicas por meio da Secretaria de Estado da Cidadania, incluindo o Centro Estadual de Cidadania LGBTQIAPN+, instituído pelo Decreto nº 15.755/2021.

Medicina Veterinária e Psicologia. Promovem especialização em Gestão Estratégica de Organizações, pesquisa e extensão para a comunidade envolvente. E a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba (MS) oferece graduações em Direito, Ciências Sociais e Pedagogia, além de mestrados em Educação e Sociologia; além de propiciarem pesquisa e extensão para a comunidade local.

Na cidade supracitada e região a heteronormatividade e a cisgeneridade atuam por legitimar as identidades cisgênero e heterossexuais, ao mesmo tempo em que marginalizam outras expressões e produzem desigualdades. Essas ideias são sustentadas pela ignorância social e pela falta de debates sobre diversidade de gênero e sexual em diversos contextos. Observa-se que essa realidade se manifesta em diversas esferas sociais por meio de estigmas, segregações e silenciamentos. Superá-la constitui a função essencial da extensão universitária, uma vez que essa prática contribui para a formação em Psicologia pautada no conhecimento atualizado, na escuta sensível e na valorização das vivências consideradas dissidentes.

Nesse sentido, entre março e julho de 2025, foram realizadas reuniões semanais de estudos supervisionados no Campus da UFMS/CPAR para o desenvolvimento da execução do projeto de extensão vinculado à disciplina de Estágio Obrigatório Básico em Psicologia IIB. As ações, fundamentadas na Teoria Queer e em autores como Louro (2004), Miskolci (2016), Azevedo (2018), Benevides (2025), Costa (2024), Soares (2023), buscaram promover reflexões sobre educação, gênero e diversidade sexual, com foco na prevenção da violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero no contexto universitário e social. Para tanto, foram realizadas rodas de conversa com as participantes, sendo configurado como espaços dialógicos de escuta e reflexão coletiva. Durante esses encontros, as discussões e percepções foram registradas em diário de campo, instrumento que possibilitou acompanhar o processo de construção das narrativas e dos significados emergentes.

O projeto de extensão foi desenvolvido na UEMS/Unidade de Paranaíba (MS), diante da ausência de adesão à proposta por parte dos (as) acadêmicos(as), técnicos (as) administrativos (as), docentes e demais membros da comunidade universitária na UFMS/CPAR. A falta de participação evidenciou a necessidade de refletir sobre possíveis resistências existentes no ambiente universitário ante a temática relacionada à diversidade sexual e de gênero.

Para a organização deste texto, optamos pela seguinte estrutura: na segunda seção, apresentamos a fundamentação teórica do projeto e sua contribuição para o enfrentamento

da discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente universitário e comunidade local. Na terceira seção, detalhamos a metodologia adotada, que forneceu a base consistente para o planejamento e a execução das ações desenvolvidas. Posteriormente, na quarta seção, analisamos a experiência de estágio no Projeto de Extensão, compreendida como prática formativa no campo da Psicologia que contribuiu para a atuação profissional consciente e comprometida com questões sensíveis à população LGBTQIAPN+. Por fim, apresentamos as considerações finais, que evidenciam a necessidade de fomentar novas discussões no espaço acadêmico, assim como de explorar diferentes abordagens e campos teóricos que contribuam para a construção crítica de ambientes verdadeiramente inclusivos diante das questões LGBTQIAPN+.

2. NOTAS INTRODUTÓRIAS: A DIFERENÇA COMO CAMINHO DE APRENDIZAGEM

Para Deitcher (1995), os primeiros registros historiográficos em defesa das pessoas LGBT e da naturalização de suas sexualidades remontam ao século XVIII. Em 1749, Thomas Cannon publicou o artigo *Ancient and Modern Pederasty Investigated and Exemplify'd*⁴, no qual defendia que o desejo é uma força natural pertencente à condição humana, não podendo, portanto, ser considerado anormal. À época, a homossexualidade era criminalizada na Inglaterra, como também em grande parte do Ocidente.

Em 1785, o reformista social Jeremy Bentham elaborou um dos primeiros argumentos em favor da mudança das leis que criminalizavam a homossexualidade. No ensaio intitulado *Pederastia*, Bentham defendeu sua descriminalização ao apresentar ideias revolucionárias para o período, em contextos que ainda não reconhecia legitimamente as dissidências sexuais. Com Revolução Francesa, em 1791, marco importante na transformação dos paradigmas sociais e políticos com base nos ideais iluministas, contribuiu para a descriminalização da homossexualidade ao instituir, pela primeira vez, um código legal nacional que não penalizava essas práticas. No entanto, apesar do avanço jurídico da época, os direitos civis e sociais das pessoas LGBT pouco evoluíram nas décadas seguintes (Deitcher, 1995).

Já no final do século XIX e início do XX, surgiram os primeiros grupos organizados em defesa da população LGBT: em 1870, na Inglaterra, e em 1901, na

4 Pederastia antiga e moderna investigada e exemplificada.

Alemanha. Esses movimentos ganharam maior visibilidade e força especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Deitcher, 1995). Cabe lembrar que o regime nazista foi responsável pelo extermínio de aproximadamente 300 mil pessoas homossexuais, além do genocídio de judeus e outros grupos considerados “indesejáveis”.

Outro marco histórico fundamental ocorreu no *Stonewall Inn*, bar frequentado por pessoas LGBTQIAPN+ localizado na Christopher Street, em Nova York. Frequentemente alvo de batidas policiais violentas e arbitrárias, o local tornou-se palco de um confronto significativo na madrugada de 28 de junho de 1969, quando os frequentadores reagiram à repressão e desencadeia uma série de protestos que duraram dias. Esse episódio ficou conhecido como a Rebelião de Stonewall, considerado o estopim do movimento moderno pelos direitos civis da população LGBTQ+ nos Estados Unidos (Deitcher, 1995).

Curiosamente, a revolta coincidiu com o funeral da atriz Judy Garland, ícone da comunidade gay, realizado naquele mesmo dia. Enlutada, a comunidade se reunia em massa para prestar homenagens, e muitos estudiosos interpretam essa ocasião como catalisadora da indignação acumulada por anos de silenciamento. Assim, além de reagirem à violência policial cotidiana, os manifestantes também reivindicaram, simbolicamente, o direito à existência e ao orgulho identitário (Rich, 2013). A partir desse momento, iniciou-se uma nova fase de ativismo político, cultural e artístico, inclusive com a emergência de novas manifestações no cinema ao dar visibilidade queer.

Diante desses acontecimentos históricos, torna-se fundamental refletir sobre as identidades sexuais e de gênero e o lugar que ocupam na fluidez do mundo contemporâneo, especialmente na abordagem de produções cinematográficas LGBTQIAPN+. Nesse contexto, é pertinente considerar os argumentos de Stuart Hall (2001), para quem as identidades são construções históricas, mutáveis e atravessadas por contextos sociais e culturais específicos. Vivemos na pós-modernidade⁵, período marcado pela fragmentação do sujeito, decorrente das rupturas nos discursos modernos sobre o conhecimento e a verdade. Essa fragmentação pode gerar crise identitária, que, longe de

⁵ Para Bauman (2001), a pós-modernidade é marcada pela desregulamentação. Nessa perspectiva, ela busca articular a ordem social com a busca pelo prazer, atribuindo à liberdade individual o valor central na contínua autocriação do universo humano. Como destaca o autor, homens e mulheres pós-modernos abriram mão de parte de sua segurança em troca de maior felicidade, de modo que os mal-estares característicos desse período decorrem justamente de uma liberdade voltada ao prazer que admite apenas uma parcela reduzida de segurança individual.

representar uma fraqueza existencial, revela-se como uma possibilidade de abertura para múltiplas formas de ser, resistir e narrar a si mesmo.

Além disso, é importante destacar a perspectiva analítica proposta pela Teoria Queer. O termo *queer*, em inglês, originalmente carrega o sentido de “estranho”, “anormal” ou “desviante”, pode ser insulto estigmatizante comparável, em português, a expressões como “bicha”, “viado” ou “sapatão”, utilizadas para ofender pessoas que não se conformam à heterossexualidade normativa. Essas injúrias visam atingir os sujeitos dissidentes por meio da vergonha, da exclusão e da marginalização simbólica.

Contudo, esse incômodo semântico foi ressignificado por ativistas e movimentos sociais nos Estados Unidos, especialmente durante as mobilizações contra a epidemia de HIV/AIDS e a omissão do governo federal frente ao sofrimento da população afetada (Miskolci, 2014). Nesse contexto, *queer* foi apropriado como símbolo de resistência política e existencial, transforma-se em afirmação de orgulho e luta contra os dispositivos normativos da sexualidade e do gênero.

Assim, a Teoria Queer emerge como um campo de conhecimento insurgente, fruto da intersecção entre militância política e produção acadêmica. Consolidada a partir dos anos 1990, especialmente nos Estados Unidos, constitui-se como um desdobramento crítico dos estudos gays e lésbicos, ao propor uma ruptura com categorias identitárias fixas e ao questionar os regimes de poder que sustentam a heterocisnormatividade, esse termo pode ser compreendido como dispositivo regulador presente nas sociedades atuais. A heteronormatividade é destacada como a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo e que se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero”. A Teoria Queer busca, portanto, subverter as normas de gênero e sexualidade, reafirmando a legitimidade de existências dissidentes como forma de enfrentamento ao saber-poder hegemônico (Miskolci, 2014).

Outro ponto de destaque para a Teoria Queer, foi a sua emersão no contexto das crises da cultura ocidental ao final do século XX, por dialogar de maneira crítica com a Pós-modernidade, sobretudo ao compreender as identidades de gênero e sexualidade como construções performáticas, instáveis e historicamente situadas (Louro, 2004). Nessa perspectiva, o pensamento queer oferece um arcabouço teórico-metodológico potente para a aproximação com sujeitos múltiplos e experiências dissidentes da norma.

Nesse sentido, a Teoria Queer constitui-se como um convite à reflexão crítica e à resistência frente à ordem estabelecida, propondo a reconfiguração dos modos de pensar

as manifestações humanas para além das categorias binárias e fixas (Miskolci, 2012). Ao questionar os padrões normativos de pensamento e comportamento, essa perspectiva contribui para desestabilizar estruturas que sustentam práticas socioculturais excludentes e discriminatórias. No contexto educacional, essa abordagem se revela particularmente relevante, pois as instituições de ensino operam como mecanismos de normatização social e reproduz interesses biopolíticos ao prescrever modelos rígidos de masculinidade, feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade.

A Teoria Queer nos instiga a problematizar essas estruturas e a imaginar processos educativos que acolham a pluralidade das existências e contribuir para a construção de espaços mais democráticos e inclusivos.

Tendo em vista esses princípios, o projeto de extensão Cinema e Queer'eres na Diversidade propiciou espaços de reflexão e trocas de experiências significativas, por reconhecer que não há sujeitos preexistentes, mas sujeitos em processo, que se constituem a partir de seus atos, vivências socioculturais e das reflexões que elaboram sobre si e sobre o mundo. E estabelecer vínculos de ação na extensão universitária insere-se no âmbito da formação profissional por acreditar que são possíveis atitudes e práticas educativas abrangente, sensíveis à diversidade de gênero e sexualidade.

Nesse contexto, a educação assumi o caráter crítico e emancipatório, sobretudo em sociedades marcadas por opressões que impactam diretamente a noção e a vivência dos direitos por parte dos sujeitos historicamente marginalizados (neto; vilaça, 2022). Promover a escuta, o diálogo e o reconhecimento das diferenças tornam-se fundamental para a construção de espaços educativos mais justos, plurais e comprometidos com a transformação social.

Sabe-se que as exclusões vivenciadas pela população LGBTQIAPN+ no ambiente universitário e na sociedade em geral estão diretamente relacionadas à ruptura das expectativas sociais sustentadas pela heteronormatividade. Perassoli e Silva (2023) afirmam que esse conceito, amplamente discutido nos estudos de gênero e nos estudos queer, refere-se ao modo como instituições sociais, mediante aos padrões de comportamento, reforçam ou reproduzem a crença de que a heterossexualidade é a norma legítima; trata quaisquer identidades ou expressões que dela se desviem como anormalidades ou desvios da ordem social estabelecida. Sob esse ponto de vista, a universidade ao silenciar diante dessas questões reproduz a violência ao não criar estratégias de prevenção e superação efetivas desse fenômeno em seu interior

Para Costa e Soares (2024) a educação exerce um papel fundamental na compreensão dos estudos de gênero, configurando-se como um instrumento de transformação social necessária. Segundo as autoras, a educação orientada por essa perspectiva, articulada de forma transversal os temas como a pluralidade cultural, as questões étnico-raciais, as relações de poder e as desigualdades sociais, possui potencial para abrir novos caminhos na forma de pensar os processos educativos. Essa perspectiva torna-se relevante para romper com paradigmas de dominação historicamente sustentados por o sistema capitalista, racista e patriarcal, cuja lógica tem sido a formação de sujeitos que apenas reproduzem as desigualdades estruturais vigentes.

As contribuições de Lima (2021) propõem a compreensão crítica e estratégias de enfrentamento das políticas de invisibilização da comunidade LGBTQIAPN+, com ênfase nas pessoas trans em diferentes contextos sociais. O autor destaca como o discurso governamental frequentemente atua para tornar essa população invisível e destituída de cidadania efetiva, prática que configura a forma de biopoder exercido sobre os corpos trans, traduzida em insensibilidade política planejada. Outro aspecto relevante apontado por Lima (2021) é a dimensão epistêmica da invisibilização, compreendida como política sustentada pela ignorância cisheteronormativa sobre as questões de gênero e sexualidades. Nesse cenário, o desconhecimento cumpre sua função moral e psicológica; contribuindo para a naturalização das desigualdades e a repetição de erros historicamente aceitos como normativos.

Para Rosa (2020) a cisheteronormatividade pode ser destacada como estrutura discursiva e normativa que estabelece como legítimos apenas os sujeitos cisgêneros e heterossexuais; produz desigualdades ao marginalizar e silenciar identidades trans (travestis, transsexuais e transgêneros). Ela se sustenta na ignorância social e na ausência de debate político e cognitivo mais amplo sobre reconhecimento e diversidade de gênero. Apesar dos avanços, as minorias sexuais, embora hoje mais visíveis, enfrentam embates cada vez mais intensos com setores conservadores da sociedade. Os grupos vulnerabilizados não reivindicam apenas reconhecimento por sua condição numérica, mas exigem escuta e respeito a seus posicionamentos políticos e transformam o estigma em orgulho identitário.

Todavia, essa postura política gera visibilidade com efeitos ambíguos: por um lado, há uma crescente aceitação da diversidade sexual em alguns segmentos sociais; por outro, setores tradicionalistas intensificam seus ataques, na tentativa de restaurar valores considerados como os únicos legítimos, especialmente no que se refere à ideia de *família*

tradicional. Nesse contexto, a ignorância cisheteronormativa manifesta-se como discurso sustentado por saber não apenas limitado, mas desprovido de reflexão crítica e de posicionamento político amplo, que reconheça e respeite a pluralidade das existências humanas (Rosa, 2020).

Acreditamos que a valorização da competência cultural, em uma abordagem sociocognitiva, promove a reflexão sobre as diferenças e suas necessidades, contribuindo para a redução de estigmas e preconceitos. Para Neto e Vilaça (2022) alcançar esse objetivo é necessário quatro (04) pontos: 1) a consciência relacionada com o desenvolvimento do conhecimento; 2) a sensibilidade, referente às atitudes; 3) a competência, alusiva às habilidades; 4) o domínio, associado com a capacidade de educar outras pessoas. Nesse sentido, temos a capacidade de perpetuar e reforçar os impactos positivos para a educação inclusiva, a expansão do vocabulário de expressões de gênero e de identidades, a amplificação da reflexão crítica e, principalmente, a disseminação do compromisso com a equidade e direitos das minorias sexuais e de gênero.

Em 2018 e 2019, a ONG TODXS (2019) realizou a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+. O estudo evidenciou maior representatividade de pessoas LGBTI+ com ensino médio completo, com ensino superior (graduação) completo ou incompleto, quando comparado com dados anteriores, mesmo assim nota-se baixa estimativa da população em geral (Benevides, 2025).

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2016) existe forte probabilidade de interrupção nos estudos após a finalização do ensino médio. Essa pesquisa, afirma que a situação ainda é pior entre travestis e transexuais, que possuem em torno de 73% de taxa de evasão/abandono dos estudos. Já os gays cisgênero permanecem mais tempo na escola; até mesmo quando comparados a heterossexuais, o que possivelmente reflete fatores como a necessidade de superação social (Costa; Soares, 2024).

Ao percorrer o ambiente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Paranaíba (UFMS/CPAR), observamos no cotidiano das aulas, diálogo com os alunos (as) e com os técnicos administrativos que grande parte deles (as) apresentam pouco entendimento sobre questões de gênero e sexualidade. Foi possível perceber que essa visão limitada decorre, em grande medida, da ausência de informação, do fundamentalismo religioso e de valores sustentados em concepções patriarcais na região. Soma-se a isso a suposição de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são

naturalmente representadas como norma, enquanto qualquer manifestação que a contrarie tende a ser rejeitada ou sofrer sanções simbólicas e sociais.

Diante disso, por meio da análise de filmes com temáticas LGBTQIAPN+, promovemos reflexões sobre o gênero e as sexualidades, bem como relatos de experiências de violência vivenciadas por universitários(as) e por membros da comunidade de Paranaíba (MS). Buscou-se, assim, ampliar a visibilidade do tema e fomentar possibilidades de compreensão mais inclusiva, especialmente no contexto da educação superior.

3. METODOLOGIA: ENTRE A ESCUTA, O DIÁLOGO E A EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão teve como público alvo a comunidade externa, moradores da cidade de Paranaíba (MS), comunidade interna da UFMS/CPAR e da Unidade Universitária da UEMS de Paranaíba (MS). Os representantes da sociedade civil local foram convidados na tentativa de melhorar o atendimento das áreas da saúde, educação e outras.

A proposta de extensão universitária pressupõe a relação de diálogo e cooperação entre a universidade e a comunidade, orientada pela construção de um conhecimento mútuo, em que a sociedade compartilha seus saberes populares com a academia, enquanto esta socializa o saber científico. No entanto, esse espaço de difusão e troca de saberes, que deveria constituir o núcleo essencial da extensão, frequentemente é reduzido a práticas assistencialistas, voltadas apenas à complementação da formação universitária (Buffa; Caneles, 2007). Diante disso, buscamos desenvolver atividades que promovam a autonomia, corresponsabilidade e a participação efetiva dos sujeitos envolvidos no processo extensionista.

O aporte teórico que fundamenta este projeto de extensão está ancorado na Teoria Queer por inspirar-se na perspectiva pós-estruturalista⁶ e entender o gênero e sexualidade como construções discursivas instáveis, sujeitas a deslocamentos e ressignificações. Além disso, esse entendimento propõe novas formas de compreender a cultura, o conhecimento e a educação, pois possibilita a criação de práticas pedagógicas que desafiem o currículo normalizador e abre espaço para múltiplas formas de viver o gênero e a sexualidade (Silva, 1999).

⁶ O pós-estruturalismo questiona verdades fixas e essências, entendendo gênero, sexualidade e identidade como construções históricas e discursivas. Não há “natureza imutável” do masculino ou feminino; tudo é produzido por discursos, relações de poder e práticas sociais (Silva, 2005).

Foram disponibilizadas 80 vagas, com preenchimento realizado por ordem de inscrição. A participação no projeto de extensão foi voluntária, e sua divulgação ocorreu por meio do perfil pessoal do Instagram do colaborador do projeto, bem como nos espaços do Campus da UFMS/CPAR, mas não houve adesão por parte dos (as) acadêmicos (as), técnicos administrativos ou docentes da UFMS/CPAR. No entanto, na UEMS\Unidade Universitária de Paranaíba (MS), foram recebidas 13 inscrições⁷, todas de participantes são do sexo feminino; dentre elas, uma se identificou como lésbica, enquanto que as demais se declararam heterossexuais; sendo todas as partícipes estudantes da 1ª série do curso de Pedagogia.

A carga horária prevista para o projeto foi de 68 horas. Para a certificação, os (as) participantes deverão cumprir, no mínimo, 75% de presença, como requisito essencial para a conclusão com êxito na extensão. Contamos com o apoio de três (03) monitores(as): um (01) acadêmico vinculado ao curso de Psicologia da UFMS/CPAR e duas (02) acadêmicas vinculadas ao curso de Pedagogia da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba (MS).

O Projeto de Extensão foi desenvolvido no Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba (MS). As atividades ocorreram aos sábados, de março a julho de 2025, com encontros presenciais previamente agendados das 8h às 12h. Além disso, realizamos reuniões semanais de estudos supervisionados no Campus da UFMS/CPAR. Também, foram consideradas as horas de estudo independente sobre a Teoria Queer⁸ que serviram de base para as considerações e a problematização das questões LGBTQIAPN+ presentes nos filmes selecionados. Nesse contexto, após a exibição de cada filme, realizamos rodas de conversa com o objetivo de atender às finalidades da extensão universitária, no que se refere à promoção da compreensão mais humanizada das temáticas e dos contextos vivenciados.

A roda de conversa apresentada ao grupo propôs a formação pela experiência, mediada pela reflexão. Buscamos romper com o ciclo de reprodução das concepções tradicionais de estudos e de ensino que os (as) professores (as) abordam um determinado conteúdo ou tema e adotamos uma perspectiva que valorizasse o diálogo nascido das interações entre as participantes. Esse diálogo foi compreendido como instrumento de coleta de dados e de construção coletiva de saberes, permitindo que cada sujeito pudesse

⁷ As participantes são minhas alunas nas disciplinas de Filosofia e Educação; e Didática I.

⁸ O livro Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças, de Richard Miskolci, foi utilizado como referência principal.

aprender e refletir com o outro. Assim, o processo formativo se constituiu a partir do encontro de histórias de vida distintas, com olhares diferentes sobre a realidade e favorecendo a autoformação pautada na autonomia da reflexão e na autoria (Warschauer, 2002 apud Moura; Lima, 2014).

Durante os diálogos abertos, foram registrados, em caderno de campo, os elementos que consideramos essenciais, posteriormente foram digitalizados e arquivados em computador, com o propósito de subsidiar as análises do projeto e servir de referência para reflexões em futuros estudos. Tivemos o compromisso com a qualidade de nossa prática, especialmente na capacidade de interagir com os protagonistas das situações sociais que contextualizam o objeto de nosso interesse, sem, contudo, interferir nas ações que constituem tais situações.

A mediação proposta no desenvolvimento das atividades do projeto implicou na ação educativa compreendida como prática social. Nesse sentido, a metodologia adotada parte da própria realidade social, em que os (as) professores (as), alunos (as) e demais participantes se encontram igualmente inseridos, embora ocupem posições distintas. Esse envolvimento foi mediado pela relação produtiva de compreensão e de busca por soluções para os problemas originados na prática social.

Para garantir a preservação da identidade dos participantes e atender às questões éticas envolvidas no projeto, adotamos o uso de pseudônimos durante as reflexões sobre as discussões dos filmes. Esses heterônimos foram escolhidos a partir de nomes de flores para proporcionar a identificação simbólica dos integrantes do projeto. Essa prática foi socializada previamente com os participantes para criar ambiente seguro e acolhedor para que todas pudessem expressar livremente as suas opiniões e sentimentos, sem receios de exposição ou julgamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: QUANDO O ENCONTRO PRODUZ NOVOS SENTIDOS

No primeiro encontro realizamos a apresentação formal do projeto de extensão, destacamos a necessidade de promover discussões sobre a LGBTQIAPN+ no contexto da cidade de Paranaíba (MS) e nas universidades públicas de Paranaíba (MS). Foram apresentados os objetivos do projeto e os textos que seriam lidos de forma independente pelas participantes. Em seguida, apresentamos o filme *Close*, longa-metragem de origem belga, coproduzido com a França e os Países Baixos, lançado em 2022. O filme acompanha Léo e Rémi, amigos de 13 anos cuja amizade próxima passa a ser alvo de

preconceito na escola. A obra cinematográfica foi dirigida por Lukas Dhont e coescrito com Angelo Tijssens.

Após diversos ensaios na elaboração dos cartazes, encontramos uma imagem que nos provocou a reflexão sobre a abordagem do filme. Nessa imagem, o olhar de Léo, protagonista de *Close*, expressava a sensibilidade necessária para a conclusão do material. Vygotsky (2001) defende que a educação deve “promover o sentimento estético” (p. 328) e favorecer a “educação de hábitos e habilidades estéticas” (p. 328). Sendo parte essencial do processo de humanização, a experiência estética pode ampliar as formas de perceber o mundo, de expressar emoções e de compreender a complexidade das relações sociais. Vygotsky (2001) nos oferece a reflexão sobre os hábitos e habilidades estéticas; e a educação como espaço que contribui para o desenvolvimento integral do sujeito em articulação com a razão e emoção, pensamento e sensibilidade, indivíduo e cultura.

Desse modo, o diálogo com os monitores sobre o processo criativo e do valor da arte configurou-se como uma oportunidade significativa de reflexão, em consonância com a função formativa da estética na educação.

Por meio da escolha cuidadosa de elementos gráficos, cores e imagens, o cartaz procurou transcender a simples função informativa e propôs o convite visual à contemplação e ao engajamento crítico com o tema abordado pelo filme. Essa abordagem estética teve como objetivo não apenas atrair o público, contudo despertar emoções e provocar questionamentos; sendo estabelecido o diálogo preliminar que antecedeu a experiência audiovisual e reforçou o propósito reflexivo contido no projeto de extensão.

Ao final da exibição do filme, no Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão da UEMS, promovemos o momento de reflexões livres, em que os participantes puderam compartilhar suas impressões e sentimentos despertados pelos episódios apresentados no contexto da apresentação do curta-metragem. Esse espaço aberto permitiu diálogos espontâneos, no qual foram ouvidas e discutidas as diversas interpretações e reações pessoais ao conteúdo da obra cinematográfica.

Em seguida, incentivamos que as reflexões fossem contextualizadas de acordo com suas vivências e observações espontâneas no ambiente da universidade e na realidade social da cidade de Paranaíba (MS). Também buscamos articular essas discussões com as leituras prévias dos textos indicados, a Introdução da obra *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (Miskolci, 2016), o que ampliou o entendimento teórico e fortalecimento de conexão entre teoria e prática no enfrentamento das questões abordadas pelo projeto.

Essa organização e condução das reflexões promoveu a análise das manifestações de LGBTfobia e das dinâmicas de interação social nesses espaços.

A primeira participante a compartilhar suas reflexões foi Cravo, uma jovem estudante negra do curso de Pedagogia, que apresenta traços socialmente associados à masculinidade. Na mesma ocasião, ela esteve acompanhada da sobrinha, que similarmente possui expressões de gênero semelhantes. Embora a estudante mantenha seu nome de batismo (feminino) na lista de chamadas, conversamos, em particular, para saber se gostaria de ser chamada por outro nome ou se preferia alteração do nome na lista de presença. Expliquei a ela que, conforme a Resolução nº 1 do MEC (2018), teria respaldo legal para reivindicar a alteração na secretaria acadêmica da UEMS. Porém, afirmou que prefere manter o nome atual e ser tratada pelo pronome feminino.

É possível observar as construções sociais de gênero e de identidades sexuais se relacionam dentro de lógicas que funcionam como instrumentos de opressão e que se manifestam por meio da transfobia, do preconceito e da discriminação. A decisão de Cravo de não querer mudar de nome pode ser interpretada como mecanismo de defesa e proteção no ambiente de trabalho, na universidade e em outros locais, principalmente por considerar que as características socioculturais brasileiras são fortemente hierarquizadas em razão da sexualidade de seus integrantes. Essa hierarquia estabelece ordem de importância e define expectativas sobre as funções que cada pessoa deve desempenhar e reforça os padrões excludentes.

No contexto universitário, Cravo vive em aparente situação de isolamento dentro da sala de aula, mantendo amizade quase que exclusivamente com Rosa que afirma não ter interesse em manter relacionamentos com homens, naquele momento. A proximidade entre as duas desperta olhares e prováveis comentários velados de suas colegas de turma. No contexto da sala de aula, observa-se que Rosa tenta evitar o contato nos intervalos ou fazer trabalhos acadêmicos com Cravo, esse comportamento expressa a tentativa de se proteger do julgamento que pode surgir entre as colegas.

Cravo relatou que se sentiu mal durante a exibição do filme e chorou ao perceber o quanto a falta de respeito pode ferir as pessoas. Compartilhou as suas experiências de discriminação vividas em diferentes contextos, na escola, na universidade, no trabalho e até dentro da família. Contou que já sofreu muito ao longo da vida e sabe o quanto é doloroso ser mal interpretada injustamente. Ressaltou que o preconceito causa perdas profundas e deixa marcas emocionais que, muitas vezes, nunca cicatrizam. Acrescentou ainda que manifestações de afeto entre pessoas, como foi proposto no filme, não

significam necessariamente desejo sexual, mas o preconceito insiste em criar interpretações e situações que não existem.

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ pode ser compreendida como a expressão de sentimentos como medo, nojo, desconforto e entre outros. Essas violências se manifestam em múltiplos espaços sociais, desde o ambiente doméstico, passando por templos religiosos, ruas, escolas, universidades e nas instâncias do próprio poder público. O que nos leva a refletir sobre o profundo impacto que preconceitos estruturais, como o racismo, o machismo e a cisheteronormatividade exercem na constituição dos sujeitos, perpetua estigmas e desigualdades sociais (Perassoli; Silva, 2023).

Cravo, com suas histórias, despertou olhares atentos entre as participantes e instaurou silêncio que, por alguns instantes, mostrou-se denso e carregado de sentidos. Logo, algumas relataram ter chorado durante o filme, ainda que optassem por não detalhar os sentimentos despertados diante das situações retratadas. Para fomentar a reflexão, propus alguns questionamentos: Quais impressões tiveram ao vê-los dormindo juntos? Que tipo de sentimento nutriam um pelo outro? O que motivou o afastamento de Léo em relação a Rémi? E, por fim, por que Rémi decidiu tirar a própria vida?

Sem obter nenhuma resposta, observei que algumas participantes evangélicas trocavam olhares de indiferença diante das discussões e interrogações, mas, ainda assim, permaneceram no espaço acadêmico até o encerramento das ponderações realizadas com o grupo. Esse fato, embora marcado por aparente resistência, revelou-se importante, pois possibilitou que essas pessoas ouvissem que a escolarização deve ser compreendida como elemento central na construção de possibilidades e socialização fundamentada no diálogo, no respeito e acolhimento à diversidade (Perassoli; Silva, 2023). Tal perspectiva se aproxima da concepção de educação dialógica, que rompe com práticas meramente transmissivas e nos convida a reconhecer a pluralidade de vidas e saberes presentes nos espaços educativos. Trata-se de fomentar alternativas para superar preconceitos por meio da reflexão crítica, da escuta sensível e da vivência de práticas solidárias ligadas às diferenças.

Assim, mesmo diante de posicionamentos divergentes ou de indiferença, o ambiente educativo pode tornar-se espaço fértil para o encontro de perspectivas mais humanas e, sobretudo para a formação profissional comprometida com a justiça social.

Revelaram silenciamento diante dos episódios apresentados por Close. Entretanto, o silêncio que se instalou no grupo não foi vazio de significado; ao contrário, revelou-nos pistas importantes para interpretação diversas. Entre as hipóteses possíveis, destaca-se a

prudência nas palavras compreensível em tempos marcados por crescente repressão e polarização social. Também apontam Neto e Vilaça (2022) que os mecanismos de discriminação contra a população LGBTQIAPN+ são múltiplos e vão desde agressões explícitas até formas sutis e latentes, presentes em atitudes aparentemente cordiais ou sem intenção direta de ofender, como o próprio silêncio ou olhares diante de comentários preconceituosos.

Ao final das discussões, uma das participantes, a Margarida, apresentou crise de choro. Procurei acolhê-la de imediato, pois demonstrava forte emoção, embora insistiu em dizer-me que ficaria bem. Durante toda a conversa anterior, sobretudo nas cenas de Close havia permanecido em silêncio, limpava os olhos rasos d'água e somente após a saída dos demais participantes senti-me a vontade para dialogar com ela de forma mais reservada. Compartilhou que possui um sobrinho gay que enfrenta episódios de homofobia na universidade em que estuda, na cidade Campo Grande (MS). Mostrou-me a fotografia dele e, ao lado da imagem, estava inscrita a expressão “Um gay”, rótulo considerado por ela como ofensivo e que foi colocado por colegas de curso e divulgado nas redes sociais como ironia. Relatou ainda que outras agressões também ocorreram, mas preferiu não entrar em detalhes.

A mãe do rapaz, afirmou Margarida, sofreu muito ao ver a exposição da imagem e os comentários depreciativos que os colegas da universidade fizeram. Os pais ficam preocupados não por ele ser gay, mas pela crueldade com que é tratado no ambiente universitário e em outros espaços públicos. A violência simbólica e moral sofrida não apenas abala o estudante, como também atinge toda a família. Segundo a afirmação da participante, nos últimos tempos, ele tem verbalizado pensamentos suicidas, o que aumenta a preocupação de todos da família.

Esse relato trouxe à tona a urgência de refletirmos sobre a persistência da homofobia nos espaços educacionais; lugares que deveriam ser de promoção do conhecimento, cidadania, respeito e acolhimento, perpetuam as violências. A dor expressa na conversa com a participante, marcada por silêncio e lágrimas, é também o testemunho da necessidade de ações educativas e políticas institucionais que combatam a discriminação e fortaleçam a dignidade de pessoas LGBTQIAPN+.

A observação do grupo evidenciou a importância de construir, de forma gradual e em interação com o outro, conhecimentos ancorados no reconhecimento da diversidade. Essas experiências podem estimular o questionamento do fundamentalismo e fortalecer práticas críticas e solidárias, apoiadas em conteúdos educativos que desenvolvam a

percepção relacional e o pensamento crítico-emancipatório inclusivo (Neto; Vilaça, 2022). Diante disso, é fundamental compreender as universidades como espaços inseridos na sociedade, sendo por ela diretamente influenciadas em diferentes contextos e reflete suas tensões e conflitos sociais e culturais. Nos últimos anos, têm-se intensificado as lutas pela garantia do acesso e da permanência estudantil, pelo respeito à diversidade e às diferenças e, sobretudo, pela valorização de outras epistemologias, sexualidades, pela promoção de espaços de diálogo e pela implementação de políticas específicas voltadas a grupos sociais vulneráveis (Perassoli; Silva, 2023).

No segundo encontro, após realizarmos previamente a leitura do texto *Origens Históricas da Teoria Queer* (Miskolci, 2026), com o objetivo de discutir os antecedentes históricos da Teoria Queer e suas implicações no contexto contemporâneo. As participantes demonstraram compreender o resgate histórico dessa teoria, cuja origem remonta à década de 1960, articulada aos novos movimentos sociais e à contracultura. Seu fortalecimento ocorreu nos anos 1980, no contexto da epidemia de AIDS nos Estados Unidos, que expôs o caráter conservador daquela sociedade. Nesse cenário, emergiram movimentos de resistência, como o Queer Nation, e marca o surgimento do termo “queer” como reação e oposição ao novo momento biopolítico instaurado pela epidemia.

Após as considerações, assistimos ao filme *A Garota Dinamarquesa* que retrata a história de Lili Elbe, reconhecida como uma das primeiras pessoas trans a se submeter a cirurgia de redesignação sexual. Estrelado por Eddie Redmayne e Alicia Vikander, o longa-metragem aborda a trajetória de Lili e o seu relacionamento com a esposa, Gerda Wegener. Dirigido por Tom Hooper, o filme tem roteiro de Lucinda Coxon, adaptado do romance homônimo do escritor norte-americano David Ebershoff. A obra literária foi inspirada nos diários e correspondências de Lili, compilados e publicados em 1933 por Niels Hoyer, dois anos após sua morte, sob o título *The Danish Girl*.

Nenhuma das participantes havia assistido ao filme e suas emoções ficaram explícitas durante as cenas filmadas. Observei que algumas integrantes se comoveram pelas experiências de vida de Lili e após assistirem ao filme conseguimos vincular os comentários aos episódios do longa-metragem, tendo em vistas as nossas leituras prévias sobre a Teoria Queer. Relataram muita emoção e ficaram indignadas com o sofrimento que Lili sentia em estar em um corpo que não deseja ou não satisfazia o gênero que possui.

Jasmim pediu que eu explicasse novamente o que significa ser transexual. Considerei a pergunta extremamente relevante, especialmente por se tratar de uma estudante evangélica vinculada à Igreja Congregação Cristã, de matriz pentecostal. Essa

denominação é reconhecida por seu caráter conservador, preserva tradições e práticas históricas; valoriza a doutrina bíblica e mantém a postura de resistência a mudanças que julga contrárias aos seus princípios.

Nos mais diversos contextos e abordagens sobre a transexualidade, há um ponto que parece encontrar consenso: o desalinhamento entre o sexo biológico e a identidade de gênero. Pessoas transexuais desejam viver de acordo com o gênero oposto ao atribuído no nascimento. Algumas expressam esse sentimento dizendo: “tenho o corpo de um sexo e a alma de outro”. Embora as necessidades relacionadas a mudanças corporais (frequentemente debatidas) possam ser semelhantes em muitos casos, cada pessoa transexual é única, assim como acontece com qualquer pessoa não transexual (Bento; Pelúcio, 2012).

De modo geral, compreenderam que o sexo biológico de Lili não correspondia à sua verdadeira identidade, ao que ela realmente sentia ser e que isso a impediu de viver plenamente. Observaram a personagem no trabalho como vendedora de perfumes e destacaram que, na realidade de nossa cidade, não costumam ver mulheres trans atuando em lojas (como no caso de Lili), mas conseguem vê-las de madrugada na “curva”, rua conhecida em Paranaíba (MS) como ponto de prostituição frequentado por transexuais e travestis. Afirmaram que as mulheres trans normalmente, quando são lembradas, são associadas ao trabalho sexual, mas nem todas fazem esse trabalho. Despertaram a atenção para a desigualdade e a discriminação enfrentada pelas mulheres trans no mercado de trabalho.

Os números de mortes e discriminação contra as mulheres trans mostram a urgência de políticas públicas e ações efetivas para combater a exclusão e a marginalização desse grupo na sociedade. No território brasileiro vive-se tempos de intensas disputas sobre direitos humanos e no que tange à população transsexual e travesti localiza-se no centro de um projeto maior que possui como princípio erradicar sua existência da vida pública. Entre as medidas dessa agenda, estão as leis que proíbem a chamada linguagem neutra em ambientes públicos, a exclusão de atletas trans de competições esportivas e a restrição ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero (Benevides, 2025).

Lótus, lembrou-nos que a UEMS adota políticas de ações afirmativas que incluem cotas para pessoas trans, travestis e não binárias, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Já a UFMS não dispõe, no momento, de cotas específicas para mulheres trans e travestis, embora possua políticas de inclusão que podem contemplar pessoas trans,

como ações afirmativas e atendimento psicossocial. No cenário atual, observa-se a necessidade de ampliação das políticas de inclusão voltadas para mulheres trans nas universidades. Entretanto, o Ministério da Educação ainda não apresenta, em sua pauta, ações urgentes para o enfrentamento das violências institucionais na educação contra pessoas LGBTQIAPN+.

Outra questão relevante destacada nas reflexões refere-se à violência simbólica e à disseminação de discursos de ódio, que têm produzido efeitos devastadores no cotidiano das pessoas trans e provocado retrocessos por parte da administração pública. Benevides (2025) ressalta que essa conjuntura evidencia a necessidade urgente de o Estado Democrático de Direito brasileiro cumprir os princípios constitucionais estabelecidos na Carta Magna de 1988.

No que se refere à governamentalidade voltada às pessoas trans no Brasil, nota-se a negligência estatal em atender às suas necessidades específicas, bem como a insuficiência na incorporação das reivindicações apresentadas pelo movimento social que as representa. A cada nova legislatura, constata-se no Poder Legislativo Federal a resistência crescente às demandas dos movimentos dissidentes, em especial da comunidade trans. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal também se omitiu ao deixar de enfrentar um dos principais desafios contemporâneos: a garantia do direito de acesso a espaços segregados por gênero com base na autodeclaração (Benevides, 2025).

As discussões sobre a *Garota Dinamarquesa* nos levaram ao essencial que é contribuir para reflexões de nova cultura que enfrente modelos de vida marcados por desigualdade, destruição e ódio presentes nos modelos sociais, culturais e econômicos atuais. Tendo em vista as discriminações da comunidade LGBTQIAPN+, no contexto de Paranaíba (MS) e nas universidades, nossas reflexões nos conduziram a observar que vivemos em sociedade que pode ter naturalizado a incerteza e favorecer a perda das referências fundamentais que perpassam a dignidade humana; ainda assim, inseridos nesse contexto desigual, devemos refletir e resistir com avaliação crítica diante desse cenário. Sobrinho (2018) afirma que para superar a crise existente no contexto em que vivemos requer recuperar valores que orientem a vida individual e coletiva, sobretudo na promoção de consciência mais ampla sobre a complexidade do ser humano e sua relação com os contextos de justiça sociais.

No terceiro encontro, realizamos a leitura do texto *Estranhando a Educação* (Miskolci, 2016) e promovemos a divulgação do filme *Orações para Bobby* nas redes sociais, com o objetivo de divulgar nossas ações e estimular reflexões no contexto social.

Orações para Bobby trata-se de um drama norte-americano lançado em 2009 e dirigido por Russell Mulcahy. A obra retrata a cultura da década de 1980 e baseia-se na história real de Bobby Griffith, um jovem gay que, em 1983, cometeu suicídio em decorrência do fanatismo religioso e da homofobia de sua mãe. Ao descobrir a homossexualidade do filho, ela passou a acreditar que cultos religiosos e consultas psicológicas poderiam curá-lo.

Durante a exibição do filme, houve momentos de intensa emoção e trocas de olhares entre os presentes. Algumas alunas, de forma discreta, enxugaram as lágrimas diante das cenas em que Bobby, personagem principal, sofria com os posicionamentos religiosos de sua família.

Após o término da sessão, permanecemos em silêncio por alguns minutos, até que se iniciou o diálogo, centrado nos preceitos religiosos e nas manifestações de homofobia presentes em diferentes tradições religiosas.

Lírio compartilhou parte da história de sua infância numa cidade no interior de MS. Contou que, em sua região, o preconceito é bastante presente e lembrou de um colega de escola, um menino gay que sofria constantes situações de bullying por ser afeminado. Esse amigo costumava frequentar sua casa e era bem recebido por seus pais. Na adolescência, assumiu sua sexualidade, mas, diante da intensa pressão familiar, não suportou e acabou tirando a própria vida.

Perguntei sobre a escola, como as professoras, professores e equipe pedagógica lidavam com a situação de discriminação na escola. Lírio afirmou que não se lembra de muita coisa, estavam no Ensino Fundamental, contudo ainda lembra do seu colega chorar pela situação que vivenciava.

Para Miskolci (2016, 53) “[...] A educação, infelizmente, até hoje se constituiu em um conjunto de técnica que busca fazer o Outro ser do jeito que a gente quer”. E silenciar-se diante do sofrimento de crianças é um ato de extrema violência. A rigidez de padrões morais, muitas vezes tomada como referência nos espaços educativos, acaba por servir como porta de entrada para convenções que negligenciam a importância de educar para a diferença. No entanto, reconhecer e valorizar a diversidade pode constituir em caminho profícuo para que o aprendizado não se restrinja à mera tolerância da diferença, mas sim à sua efetiva compreensão e respeito.

Durante as reflexões pautadas no texto previamente socializado, verificamos que promover o diálogo e o respeito à diversidade sexual e de gênero, especialmente no combate contra os preconceitos e as discriminações por meio de ações pedagógicas

intencionais e planejadas. Para Miskolci (2016) a escola deve se tornar ambiente de socialização e questionamentos sobre sexualidades, formação cidadã consciente e capazes de conviver com as diferenças, o que exige investimento em formação de professores e professoras para a criação de diálogos sobre o tema.

No quarto encontro, estudamos previamente o texto *Um aprendizado pela diferença* e socializamos o filme *Tomates Verdes Fritos*, dirigido por Jon Avnet. Esse filme foi escolhido por se tratar de um clássico que aborda temáticas relacionadas à diversidade sexual. A obra fílmica narra a história de Evelyn, dona de casa insatisfeita que conhece Ninny, senhora idosa responsável por compartilhar as vivências românticas de Idgie e Ruth em Whistle Stop, no Alabama, entre as décadas de 1920 e 1940.

As participantes assistiram ao filme em ambiente acolhedor, com pipocas servidas em bacias de alumínio e refrigerante (Coca-Cola) distribuído entre todas, o que contribuiu para a descontração e partilha. Durante a exibição, demonstraram entusiasmo, especialmente nas cenas que revelavam, de maneira sutil, a relação afetiva entre as duas personagens principais. Chamou-me a atenção o fato de não terem se mostrado incomodadas com as sugestões de namoro entre as duas mulheres; ao contrário, reagiram com naturalidade e curiosidade. Esse comportamento indica a possibilidade de abertura para reflexões sobre afetos dissidentes na diversidade de gênero e sexualidades. Revela ainda como o cinema pode favorecer discussões sensíveis em contextos educativos.

A aluna Dália afirmou que não vê problemas em aceitar casais formados por mulheres lésbicas, mas que casais compostos por homens lhe parecem estranhos. Essa fala gerou debate entre as participantes, que buscaram compreender a origem desse estranhamento. Algumas apontaram que tal desconforto poderia estar relacionado ao pênis, por considerarem que o órgão teria sido “feito para outra coisa” e não para permanecer inativo ou deslocado da função socialmente atribuída. Essas ponderações revelaram como determinadas concepções são naturalizadas sobre os corpos e seus usos ainda persistem no imaginário coletivo e delimitam fronteiras de aceitação ou rejeição.

Aprender a olhar para o mundo de forma não normalizada requer mais do que apenas refletir sobre famílias diversas, inclusão ou a mera reprodução do já instituído. Trata-se de questionar a própria suposição de que é necessário reiterar o existente, quando, na realidade, é possível transformá-lo. Atualmente, podemos interrogar o que está dado e provocar estranhamento diante do que nos é proposto (Miskolci, 2016).

Diante dessas reflexões, torna-se evidente a necessidade de instituir marcos políticos consistentes, em âmbitos nacional, regional e internacional, que orientem táticas

de desenvolvimento voltadas às populações historicamente marginalizadas. Tais estratégias devem ser sensíveis às questões de gênero e às sexualidades, principalmente por reconhecer que a desigualdade econômica está intrinsecamente relacionada às formas de exclusão e discriminação. Nesse sentido, é urgente fortalecer políticas públicas que articulem justiça social, equidade de gênero e diversidade sexual, em consonância com os compromissos da agenda para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja proposta de erradicação da pobreza só se concretizará mediante o enfrentamento das múltiplas dimensões da desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a persistência da LGBTQIAPN+fobia nos espaços acadêmicos suscita questionamentos urgentes acerca da construção social da sexualidade, dos efeitos da discriminação nas trajetórias estudantis e a necessidade de políticas institucionais verdadeiramente inclusivas. Apesar das resistências ainda presentes em torno desse debate, consideramos que tais reflexões foram fundamentais para a compreensão da heteronormatividade e a cisgeneridade para a reprodução do preconceito no ambiente universitário, comprometendo o acesso, a permanência e o bem-estar de estudantes LGBTQIAPN+.

É imprescindível que as instituições de ensino superior assumam, de forma concreta, contínua e comprometida, a responsabilidade de promover ambientes equitativos, capazes de assegurar o pleno exercício dos direitos humanos e a valorização da diversidade de gênero e sexual em todas as suas dimensões. A extensão universitária, nesse contexto, desempenhou a função essencial ao aproximar a universidade da comunidade regional e promover o diálogo entre saberes, a troca de experiências e a produção coletiva de conhecimento. Tal integração contribui não apenas para o fortalecimento da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento local, mas, sobretudo, para a formação crítica e sensível das participantes diante do cumprimento social da universidade pública.

Observamos que a maioria das participantes demonstrou sensibilidade diante da alegria e tristeza dos personagens e reconheceu que as situações retratadas nas cenas se repetem em nossa realidade. Compreenderam que tais repetições tornam-se ainda mais evidentes nas contradições presentes nos discursos sobre relações de gênero e sexualidade no contexto social, especialmente nas escolas e nas universidades.

Assumir a perspectiva da Teoria Queer nos estudos exigiu disposição para a mudança e abertura ao questionamento. Implicou em romper com os limites confortáveis das verdades absolutas que sustentam estruturas de poder responsáveis por regular gênero e sexualidade e, assim, manter uma pretensa ordem social. Nessa direção, com os estudos sobre a Teoria Queer nos permitiu problematizar as práticas discriminatórias a partir de abordagem fluida, plural e crítica, o que contribui para a desconstrução de normas excludentes e para a afirmação da diversidade.

Diversos estudos contribuíram para aprofundar nossas reflexões, como Bertoni; Jardim; Silva (2025), ao analisar a violência de gênero na universidade a partir das dinâmicas do assédio moral; Montrone; (2023), que discute a violência de gênero em uma universidade pública brasileira, destaca a urgência de romper com a invisibilidade dessas questões; e Perassoli e Nishiwaki (2023), com o artigo *Saindo da 'Torre de Marfim'*, que aborda a prevenção da violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero no contexto universitário. Esses e outros artigos ampliaram significativamente nossa análise, diálogo e argumentos aqui apresentados; o que reforça a necessidade de fomentar novas discussões no espaço acadêmico e de explorar diferentes abordagens e campos teóricos que contribuam para a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos e críticos em relação às questões LGBTQIAPN+.

Algumas perguntas podem estar sem respostas. Entretanto, sentimo-nos impulsionados por elas e, somente assim, conseguiremos visualizar futuras possibilidades de estudos e escuta sensível sobre o gênero e a sexualidade no contexto universitário, especialmente aqueles vinculados à psicologia.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sabine de Almeida. **O enfrentamento da homofobia pela universidade:** Uma articulação entre educação, ética e cinema. Tese (Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Jorge Zahar Editor, 2001.
- BENEVIDES, Bruna G. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** IN: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf> Acesso em 13 de mai. 2025.
- BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero:** a politização das identidades abjetas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 02, ago. 2012.
- BERTONI, Luci Mara; JARDIM, Silvia Regina Marques; SILVA, Luciana Santos. **Violência de gênero na universidade:** considerações sobre assédio moral. Gênero. Niterói, RJ, v.24, n.1, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/63984>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BUFFA, Ester; CANALES, Renata Pereira. **Extensão:** meio de comunicação entre universidade e comunidade. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo: Universidade Nove de Julho, v. 9, n. 1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; SOARES, Etyane Goulart. **A educação sob a perspectiva de gênero.** *Singular. Sociais e Humanidades*, v. 1, n. 6, p. 22-36, 2024. Disponível em: <http://ulbra-to.br/singular/index.php/SingularSH/article/view/190>.

DEITCHER, David: **Question of Equality:** Lesbian and Gay Politics in America Since Stonewall. Rivers Oram Press 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. São Paulo: Editora DP&A, 2001.

LIMA, Alef de Oliveira. **A ignorância cisheteronormativa.** *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 14, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22354/14394>. Acesso em: 05 mai. 2025

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer.** *Revista Florestan Fernandes. Dossiê Teoria Queer.* v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia et al. **Violência de gênero numa universidade pública brasileira:** saindo da invisibilidade. *Gênero.* Niterói, RJ, v.21, n.1, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/64101>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MOURA, A. F., & Lima, M. A. (2014). **A reinvenção da roda:** Roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, 23(1), 98-106.

PERASSOLI, Enayton; SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. **Saindo da “Torre de Marfim”:** a prevenção de violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero na universidade. *Educação em Revista*, v. 39, p. e41187, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6G4GVRWxyj7Ky7YF5Vkt5nP/>. Acesso em 05 de mai. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar nosso mundo. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.* 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 16 out. 2025.

REIS, C., & Guareschi, N. M. F. (2010). **Encontros e desencontros entre Psicologia e Política:** formando, deformando e transformando profissionais de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 854-867.

RICH, B. Ruby. **New Queer Cinema** – The Director’s Cut. Duke University Press, 2013.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. **Cisheteronormatividade como instituição total.** *Cadernos PET de Filosofia*, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171> Acesso em: 2 de jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural.** *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A educação estética**. In L. S. Vigotski, *Psicologia pedagógica* (pp. 323-363). São Paulo: Martins Fontes.

TODXS. **Pesquisa Nacional Por Amostra da População LGBTI+**: Discriminação e Violência. [S.l.]: TODXS, 2022. Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-lgbti-discriminacao-e-violencia.pdf>. Acesso em: 9 de jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução nº 412-COUN/UFMS, de 1º de julho de 2025. Dispõe sobre as normas para os projetos de extensão no âmbito da UFMS. Campo Grande: UFMS, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2025.